

Maquiavel: Do Político Virtuoso ao Bom Governo

António Ribeiro Gameiro*

Resumo

Ao completarmos quinhentos anos da publicação do livro *O Príncipe*, do pensador florentino Nicolau Maquiavel, aprofunda-se a interpretação sobre o seu pensamento político, pois trata-se da mais notável conceção e contribuição para a ideia republicana de liberdade.

Maquiavel ofereceu-nos, sem dúvida, uma visão da política e dos políticos, onde o espírito político moderno surge de uma nova e viva forma no plano histórico-científico, pois enceta a análise do Estado numa perspetiva de criação voluntarista, organizada e racionalmente estruturada.

Maquiavel observou e definiu as condições para o bom governo de forma simples e cabal: não há bom governo sem que o bem comum seja tido como o escopo de toda a ação política, de acordo com as regras estabelecidas, com o Direito político, em defesa de uma liberdade republicana dos cidadãos e sem que estes sejam chamados a pronunciar-se acerca das opções públicas do Governo.

Palavras-chave: Virtude, Estado, Político, Bom Governo, Direito Político

*Professor Auxiliar da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

100 *Abstract*

Five hundred years after the publication of the book *The Prince*, written by the Florentine thinker Niccolo Machiavelli, the interpretation of his political thought deepens because it is the most remarkable conception and contribution to the republican idea of freedom.

Machiavelli offered us undoubtedly a view of politics and politicians, where the modern political spirit arises from a new and living way at the historical-scientific level, which initiates the analysis of the state from a proactive creation perspective, organized and rationally structured.

Machiavelli observed and defined the conditions for good governance in a simple and comprehensive way: there is no good government without which the common good is taken as the scope of all political action, according to the rules, the political law in defense of a republican liberty of citizens and in which these are called to rule on the public options of the Government.

Keywords: Virtue, State, Politics, Good Governance, Political Law

Completamos agora quinhentos anos da publicação do livro *O Príncipe*, do pensador florentino Nicolau Maquiavel, e deixamos agora, também nós, a interpretação de que o seu pensamento político acerca do homem e do político foi, e é, a mais notável conceção e contributo para a ideia republicana de liberdade (Silva, 2010).

Durante cinco séculos, Maquiavel foi descrito por Giovanni Busini como «o mais extraordinário amante da liberdade», da paz e da harmonia (Baron, 1961: 217).

Maquiavel ofereceu-nos, sem dúvida, uma visão da política e dos políticos onde o espírito político moderno surge de uma nova e viva forma no plano histórico-científico, pois enceta a análise do Estado numa perspectiva de criação voluntarista, organizada e racionalmente estruturada. Esta constatação é demonstrada de forma categórica na descrição real de uma Itália onde a tirania se havia instalado pela força da classe governante e fora aceite pelo povo que a sofria, mas onde por essa via ele caminha para um realismo político, face à ilegitimidade do poder político e à necessidade de instaurar um Estado forte e duradouro.

Por isso, não nos é estranho que Maquiavel só falasse dos homens de seu tempo e não tenha levantado a questão de saber qual será a melhor forma de governo legítimo ou de noção de Poder ou de Estado. Muitos, aliás, mesmo assim, afirmam-no como *um iluminador da realidade* e o pai da *Staatsräson*: Razão de Estado.

Como enfatiza Freitas do Amaral (2006: 201), «Maquiavel é o primeiro autor a utilizar a palavra *Estado* com o sentido que ela assume atualmente», no sentido de comunidade política soberana na ordem interna e na ordem internacional.

Maquiavel seria definido como um esteta e não como um realista impiedoso e será sempre um pragmático da política e um dos maiores *gigantes do Iluminismo*, um precursor de Marx, Engels, Lenine, Estaline e Gramsci.

Contudo, o florentino é, sobretudo, um autor moderno, preocupado com as questões práticas e concretas do dia a dia, liberto da história e das questões da futurologia. Nesse sentido, afirma que os homens precisam de governantes, porque precisam de alguém que ordene os grupos humanos governados por interesses diversos e lhes traga segurança, estabilidade e, acima de tudo, proteção contra seus inimigos, a fim de estabelecer instituições sociais que são as únicas a capacitar os

102 homens para a satisfação de suas necessidades e aspirações (Berlin, 2005: 35).

Nesse sentido se entendem as suas palavras direcionadas àqueles que detêm a autoridade: «Uma multidão sem chefe nada pode fazer; e não se devem fazer ameaças antes de se apoderar da autoridade» (Maquiavel, 2007).

1. Do Político

A ideia central de que a *Política*, mesmo sendo uma atividade geradora de incerteza e desgraça, deve ser assumida como condição necessária para manter a liberdade, demonstra a importância e interesse pela qual Shakespeare o denominava por *Murderous Machiavelli*, na referência de *política diabólica* ou de ética feroz (Falco, 1954).

Todavia, é notável como Maquiavel assume a ação política numa República na perspectiva da sua geometria variável com total realismo, em razão, sobretudo, do sentido da virtude e por causa das situações diversificadas que há a resolver a cada momento e das necessidades políticas, e outras, em que o Estado tem de intervir em condições adversas. Também John Rawls (1992), ao responder aos seus críticos, afirmou: «É a política, não a metafísica».

É hoje muito consensual que a grande novidade tanto dos *Discursos* como do *Príncipe* foi a capacidade de distinguir e separar os conceitos de política e ética, afastando-se da posição clássica de Aristóteles que havia definido a política como uma mera extensão da ética.

Maquiavel foi o primeiro a aprofundar o tema da análise política e dos seus fenómenos na perspectiva dos seus próprios termos e características, enquanto fenómenos sociais, aplicando o método científico de Aristóteles, descrevendo os sistemas políticos com base no conhecimento real e não metafísico do fenómeno da gestão da sua *polis* (Berlin, 2003).

O que ele consegue sem qualquer hesitação é contestar as teses até então prevalecentes dos autores de espelhos para príncipes apenas referente à *virtù* na vida política, rejeitando que não é só a *virtù* que permite a um príncipe realizar os seus mais nobres fins e de que essa *virtù* seja sinónimo da posse das principais virtudes e que as mesmas lhe permitam por si só *manter o seu estado*. Ou seja, para que o príncipe possa atingir as metas da honra, glória e fama, não deve agir

sempre de acordo com as mais ortodoxas virtudes cristãs e morais. Maquiavel aconselha os príncipes, no *Príncipe*, quanto ao valor da segurança: manutenção e conservação do estado como prioridade e que esse desiderato lhe possa garantir posteriormente honra, glória e fama. Ora, nos *Discursos*, o valor fundamental é a liberdade, que deve ser colocada acima de todas as considerações.

Nesta obra do secretário florentino encontramos logo no discurso de abertura a sua manifestação convicta sobre o papel central da liberdade política e como ela foi crescendo na Roma antiga, ao afirmar: «aqueles que fizeram a preservação da liberdade uma das coisas mais essenciais de que tinham de cuidar». Reforça esta ideia central, igualmente, quando se debruça sobre as dificuldades de se preservar a liberdade política, quando insiste que o legislador, «ao constituir uma República», deve, sobretudo, «prever todas as leis necessárias para a conservação da liberdade» (Skinner, 1996: 176).

Por outro lado, devemos sublinhar que Maquiavel, antes de mais, analisa a sua própria conceção de *liberdade*, afirmando que, antes de mais nada, é a independência em face da agressão externa e da tirania, dando o exemplo do momento em que os florentinos *alcançaram a liberdade*, com aqueles em que conseguiram afastar o poder de execução das sentenças judiciais das mãos de estrangeiros. Numa outra dimensão, refere-se ainda à ideia de liberdade, quando tem presente que um povo livre pode governar-se em vez de ser governado por um príncipe.

A conceção republicana de liberdade e o seu amor à liberdade, bem como a sua defesa da república em detrimento das monarquias, embora esta interpretação seja ainda hoje negada por alguns, é a razão pela qual podemos dizer com segurança que, ao longo de toda a sua obra, Maquiavel assinala e constrói uma Teoria sobre o Bom Governo e a virtude humana como cimento essencial para essa construção. São conhecidos os aproveitamentos científicos e políticos que ao longo destes cinco séculos muitos fizeram das suas ideias, mas no século das luzes Rousseau afirmou categoricamente, justificando a nossa posição, que o autor de *O Príncipe*, «fingindo dar lições aos reis, deu-as ele, e grande, aos povos» (2008: 78).

Por isso, as posições de Maquiavel nunca foram suficientemente fortes para combater a ideia moral e política que ao longo destes 500 anos se alojou no pensamento ocidental e nas diversas interpretações do

seu republicanismo: de que o seu retrato convencional é o de ideólogo e intransigente conselheiro de reis e tiranos (Strauss, 1958: 9).

Só no contexto académico da segunda parte do século XX, o *filósofo da liberdade* começou a ver reconhecida toda a sua obra em torno dos conceitos de *liberdade*, *virtude dos cidadãos* e *republicanismo* e apareceram outras leituras dos seus textos (Silva, 2010: 38).

Então esclareçamos. Em que consiste, afinal, o núcleo do republicanismo e do conceito de liberdade maquiavélica?

Encontramos com facilidade três interpretações para esta questão.

A primeira assenta na análise de que o núcleo essencial do republicanismo de Maquiavel deve ser perspectivado de acordo com a ideia de que ele alinhou a sua conceção positiva de liberdade inspirado em Aristóteles (Pocock, 2003: 86).

A segunda, sustentada por autores como Quentin Skinner, Maurizio Viroli e Philip Pettit, tenta argumentar que, na verdade, Maquiavel era cético acerca do comportamento virtuoso dos cidadãos e que assumia uma conceção, não positiva, mas negativa da liberdade, que lhe advém da sua herança constitucional romana, o que de certa forma foge à compatibilização entre liberdade e lei, que em Roma era vedada e que o florentino defende extensamente.

Por fim, a terceira interpretação vem afirmar a ideia de que Maquiavel não teorizou sobre a república e o império da lei, mas antes construiu uma *teoria da democracia*, que já há 500 anos superava as ideias democráticas contemporâneas, tanto relativamente às visões dominantes liberais e minimalistas do Estado, quer às posições participativas e comunitaristas (McCormick, 2007: 386).

De um modo geral, aprofundando o que Maquiavel pensou e escreveu, quem analisa a sua obra num ângulo de visão baseado na obra *O Príncipe* tomará a posição de um *defensor dos tiranos*. Numa outra perspectiva, que analisa os *Discursos Sobre a Primeira Década de Tito Lívio* – os *Discorsi*, salienta a sua importância na defesa das repúblicas e da liberdade humana como fonte para uma organização do Estado assente na vontade dos cidadãos ou dos poderosos. O que é facto é que Maquiavel escreve *O Príncipe* em 1513, enquanto os *Discorsi*, ou seja, o texto em que escreve sobre as repúblicas e os fortes compromissos republicanos de Florença, sobre o heroico conflito de classes e opções políticas, só alguns anos mais tarde são publicados, o que pressupõe e

os comprova como a versão mais madura e desenvolvida do seu pensamento político (Baron, 1961: 250).

Na aproximação a uma Teoria do Bom Governo, Maquiavel soube como muito poucos sublinhar que a atuação política visa domar a *fortuna* e assim assegurar *glória* e *fama*, mas já ao tempo com muita noção da cautela e ceticismo necessários para que a virtude política pudesse não ser sinónimo, nem negação de virtude moral (Ball, 1994: 65).

Maquiavel foi, de facto, um dos grandes responsáveis pela noção moderna do conceito de poder, assente na ideia de liberdade e na tradição do humanismo cívico, em que as ações virtuosas beneficiam a coletividade e a violência política só é justificada em função do bem comum e do Estado.

Esta conceção de Estado e de poder político em Maquiavel considera moral a ação pública de *virtù*, quando esta estiver direcionada para o valor supremo da defesa do bem do Estado e quando a ética na vida pública se realiza plenamente, quando o homem político age em defesa do Estado, sendo sempre defensável o uso desses meios para essa defesa pública, não defendendo a apologia do uso gratuito da força. Portanto, o *homem de virtù* é aquele que se movimenta com cuidado, zelo e responsabilidade na política: o *homem de virtù* é o que tem uma ética da responsabilidade na condução da ação política. Note-se que a ação política, neste caso, tem o exato sentido dado por Weber. A finalidade ideal da ação política é a instituição, conquista ou manutenção, perpetuação do poder (Weber, 1971: 3).

Assim, o *homem de virtù* é o político que percebe a essência da política e é um homem de essência, de qualidades acima da média. Vê-se ainda que Maquiavel não aplica impunemente a regra simplista de que os fins justificam os meios — as ações trazem consequências e as ações impensadas acarretam consequências também impensadas ou reações ainda mais fortes do que as provocações. Portanto, os fins justificam os meios apenas quando os objetivos forem elevados: no exemplo da solidificação de um Estado, como queria Maquiavel para a Itália de sua época.

Para Maquiavel, a política não é um jogo de *vale-tudo*, em que os fins justificam os meios, quaisquer meios, todos os meios. Vemos que em Maquiavel e em Weber há o *homem de virtù* que se apresenta portador da ética da responsabilidade — este *homem de virtù* será aquele

político de objetivos elevados e capaz de selecionar e relacionar os meios adequados (especialmente quando envolto por circunstâncias adversas) e assim conseguir a vitória sobre os adversários que não têm os mesmos objetivos. O *homem de virtù* é o político que almeja Justiça, pois mesmo que seja para alimentar o ego (alcançar glória, *status*, honra, vitórias, força, poder), isto só se dará se o povo for agraciado com um bom governo, justo, que lhe traga paz e segurança.

2. Do Governo como Bem Comum

«O desejo que sentem os povos de ser livres raramente prejudica a liberdade porque nasce da opressão ou do temor de ser oprimido. E se o povo se engana, os discursos em praça pública existem precisamente para retificar as suas ideias: basta que um homem de bem levante a voz para demonstrar com um discurso o engano do mesmo. Pois o povo, como disse Cícero, mesmo quando vive mergulhado na ignorância, pode compreender a verdade, e a admite com facilidade quando alguém da sua confiança sabe indicá-la» (Maquiavel, 1994: 32).

É neste contexto que se posiciona a moral defendida por Maquiavel: «que é a do cidadão, homem que constrói o Estado, uma moral mundana», a qual «emerge das relações reais que se estabelecem entre seres humanos» (Gruppi, 1978: 11).

Ao longo de toda a sua obra, cinco séculos depois, podemos evidenciar que todas as suas manifestações notabilizam a sua condição de republicano, defensor do dissenso, da lei, da liberdade. Por isso, Maquiavel afirmou: «é útil e necessário que as leis da república concedam à massa um meio legítimo de manifestar a cólera que lhe possa inspirar um cidadão; quando este meio regular é inexistente, ela recorre a meios extraordinários: e não há dúvida de que estes últimos produzem males maiores do que os que se poderia imputar aos primeiros» (1994: 41).

Contudo, sublinha ainda, justificando de forma clara a sua crença no regime republicano, que a sua característica essencial é a defesa do interesse coletivo, «que faz a grandeza dos Estados (...), só é respeitado na República». Como aliás, «tudo que pode trazer vantagem geral é nela conseguido sem obstáculos» (Maquiavel, 1994: 198).

Assim, «ao príncipe é necessário ser amigo do povo, pois, de outra forma, não terá remédio na adversidade», pois Maquiavel apenas defende o uso da força ou do poder absoluto em situações excecionais,

que ocorrem em apenas duas situações: quando um país mergulha na decadência ou numa ocasião histórica para unificar a nação dividida, como era a Itália do seu tempo.

Ora, na concepção de Maquiavel sobre a necessidade de Governo, este constata que o Governo das coisas humanas exige o *poder* de orientar as ações humanas e na medida em que os homens são interativos existe uma correlação de forças entre quem orienta e quem cumpre, no seio da própria naturalidade humana.

É no reconhecimento deste fenómeno que, de forma inovadora e assombrosa, Maquiavel, no início do século XVI, reconhece esta dimensão do *poder político*, no capítulo terceiro de *O Príncipe*, quando sustenta a ideia de que os homens aceitam naturalmente que na *Polis*, o príncipe, uma vez que tenha conquistado o poder, tenha condições para exercer bem o seu poder de ordenação social e política, pois os homens podem conquistar e exercer bem o poder e serão louvados e não discriminados por essas ações políticas (Maquiavel, 2008: 127).

Assim, na concepção de Estado de Maquiavel, o Governo precisa de fazer benfeitorias públicas coletivas para manter o povo estável e unido, garantindo-lhe condições materiais e culturais essenciais, pelo que o Governo surge como uma necessidade e como um bem comum ou coletivo, que afasta a violência da condição humana e funda a base do desejo de uma vida humana pacífica, segura e feliz.

As formas de governo, sublinha Maquiavel, são sempre o resultado de uma tensão e conflito numa dada sociedade, sendo que esse conflito exige uma ação política de poder em relação ao choque entre desejos antagónicos de dois grupos sociais distintos: os grandes e o povo.

Maquiavel, no capítulo IX de *O Príncipe*, ao pronunciar-se sobre o Principado Civil, esclarece: «Pois, em todas as cidades, existem esses dois humores diversos que nascem da seguinte razão: o povo não quer ser comandado nem oprimido pelos grandes, enquanto os grandes desejam comandar e oprimir o povo; desses dois apetites diferentes, nasce nas cidades um destes três efeitos: principado, liberdade ou licença» (Maquiavel, 2008: 43).

Por isso, como esta tensão é contínua e de amplitudes diversas em cada momento histórico, o florentino assume que o paradoxo entre a situação do povo que não quer ser oprimido, mas na prática não se consegue libertar dessa opressão nem do poder do príncipe, só pode ser resolvido pela opção do mal menor, que é submeter-se ao poder do

príncipe e, por isso, aspira a um príncipe que proteja a sua liberdade e assegure a dominação do poder dos grandes. Por isso, defende que o soberano deve apoiar-se no povo, pois não representa nenhuma ameaça ao poder do príncipe, enquanto que os grandes podem querer rivalizar com o seu poder.

A *arte da política*, diz então o florentino, será a de contentar o povo, pois é ele quem pode garantir a segurança e a proteção do príncipe face à opressão dos grandes. O desafio do príncipe é conseguir a cada momento o equilíbrio desta tensão de forças sociais e políticas. Para que este equilíbrio possa manter-se e o Estado possa ser fortalecido, Maquiavel defende a instauração de uma República como forma de Estado adequada.

Contudo, não se deve cometer a leviandade de qualificar Maquiavel como um forte e intransigente defensor desta forma de governo, uma vez que o florentino não aceita a divisão clássica dos três regimes políticos em monarquia, aristocracia e democracia, nem a teoria da legitimidade hereditária, ilegítima e usurpada por conquista do poder, pois à pergunta *como superar a natural anarquia humana?* ele tem apenas duas respostas – o principado e a república.

Aristóteles, ao fundar o conceito moderno de *polis*, depois de ter estudado as Constituições reais do mundo grego, em que esta era uma associação e o seu fundamento um fim e um bem, havendo uma coincidência entre o interesse do indivíduo e o interesse da sua sociedade política, onde a autodeterminação dos homens constitui o seu ser ético, a sua razão, permitiu a Maquiavel conceber o cidadão no seio de um ambiente político onde o fim dessa comunidade é a vida boa, a felicidade, com base na virtude, nas boas ações em favor do bem comum. A *polis* é o meio através do qual se realiza o *polites*, o cidadão!

Maquiavel concebeu o seu ideal de *res publica* na República de Roma. Esta verdade é hoje incontestável. Mas Maquiavel não tem dúvidas de que a meta de manter a liberdade e a segurança de uma República representa o valor mais elevado da vida política e por essa via supera a mera noção de *polis* aristotélica.

Maquiavel bebeu diretamente e com sabedoria do Livro III de *A Política*, onde Aristóteles define a capacidade de governar e as duas condições para ter tal capacidade: ser livre e fazer da política a principal ocupação.

Todavia, nos *Discorsi*, encontramos uma concepção maquiavélica de liberdade em que a cidadania não é adstrita a uma aristocracia de iguais, com exclusão dos escravos, das mulheres e do povo, como em Aristóteles. Pelo contrário, verificamos a existência de uma defesa intransigente da igualdade entre todos e do povo em geral. Assim, no capítulo II do Livro I dos *Discorsi*, Maquiavel defende o princípio dos Estados autogovernantes e postula que a principal ameaça à liberdade republicana consiste em confiar-se a governação dos Estados a forças estranhas: tropas mercenárias, assalariadas ou estrangeiras.

Apesar de Skinner descobrir em Maquiavel um dos politólogos que melhor defende a tradição republicana, caracterizada por uma muito apurada ideia de liberdade onde dizer que uma cidade vive em liberdade significa que ela se considera independente de qualquer autoridade, a não ser a da sua comunidade, ela mesma considerada, significa que Skinner é, para nós, em certa medida, o autor que em parte melhor analisa o pensamento global de Maquiavel quanto ao centro nevralgico que ocupa a sua teoria política e a sua importância para toda a teoria política contemporânea (Skinner, 1996: 134-209).

Tal como Skinner afirma, para que uma cidade permaneça livre, a massa de cidadãos tem e deve estar disposta a fazer tudo o que for necessário para defender os interesses da república, mesmo que isso ponha em causa a maior parte dos interesses individuais de cada um desses cidadãos, num ambiente complexo que está repleto de posições egoístas, tão humanas quanto corruptas.

Por isso, Maquiavel sustenta que a superação de uma república repleta de tensões sociais se sustenta nas «instituições, nos arranjos constitucionais, nos métodos de ordenar e organizar os cidadãos», por forma a combater e condicionar os cidadãos mais fortes e poderosos e os grupos que agem por interesses próprios e que «procuram alterar o equilíbrio da constituição a favor dos seus próprios interesses egoístas e objetivos facciosos, assim introduzindo as sementes de corrupção no corpo político e colocando em risco a sua liberdade» (Skinner, 1996: 203).

Esta tradição republicana de liberdade e de sociedade, tendo sido recuperada em Roma por Maquiavel, pode ser encontrada no republicanismo de Harrington, Milton e Montesquieu, antes de ter sido incorporada no novo conceito das teorias contratualistas e na nova visão dos direitos humanos. A defesa da liberdade do corpo político no seu

110 conjunto era assumida no pressuposto de que um *estado livre* deve poder agir de acordo com a sua vontade, nos termos da vontade geral dos cidadãos.

É o *Serviço Público* a pedra de toque e a preocupação central de Maquiavel e, por essa via, de acordo com o seu pensamento acerca da ideia de liberdade, podemos concluir que nada obriga a república a pensar em direitos individuais antes de cultivar e garantir os deveres sociais de cada cidadão.

Contudo, Skinner fundamenta a sua ideia de liberdade indo muito mais além, pois associa a liberdade do corpo político com a liberdade pessoal de cada cidadão, uma vez que aquela reflete as condições desta liberdade, que define como a «possibilidade de viver de acordo com objetivos que cada cidadão define para si» e, em última análise, acaba por concluir que a liberdade de cada cidadão depende da sua dedicação a uma *vida de virtude e serviço público*, posição manifestamente maquiavélica!

Ou seja, Maquiavel avançou por um caminho novo, inovador e fundacional, que mesmo os autores neo-romanos da liberdade ainda hoje discutem e têm dificuldade em superar, sobretudo, ao associar a noção de *poder público* ao seu conceito de Estado e à própria expressão do Poder no seu tempo. Sublinhamos que, de facto, *O Príncipe* e os *Discorsi* ensinam, de modo complementar, que o pluralismo e o relativismo estão presentes expressivamente nos *principados* onde o ferro e o veneno reinam na Itália do *Cinquecento*, razão pela qual ele assume a opção por uma dinâmica jurídico-política necessária a criar ordem e potenciar uma nova legitimidade às instituições no direito político. Pois como o poder é coisa humana, o Estado não tem de buscar as suas raízes no *outro mundo*, inteligível ou divino, mas antes na realidade que a história confere (Maquiavel, 2007: II).

Maquiavel, partindo das noções de Poder que conhecia e que já Aristóteles havia distinguido através de fino e retocado recorte em *A Política*, entre o poder na Cidade e na sociedade doméstica, ou por Santo Agostinho entre o poder da autoridade política do chefe político e o de uma quadrilha, transporta o fenómeno do Poder no Estado para a dimensão da autoridade legitimada pelo comando e o dever de obediência, na dinâmica entre governantes e governados.

A sua razão foi de tal dimensão que podemos concluir que, de Maquiavel a Kelsen, as construções filosóficas e políticas convergiram para

demonstrar que, na esfera do Estado, o Poder não pode confundir-se com as faculdades pessoais que os direitos individuais atribuem. O Poder, para Maquiavel, é no Estado o fenómeno jurídico de organização e de regulação que, por natureza, se sobrepõe pela sua capacidade normativa e, como tal, coloca-se no plano do humanismo jurídico do direito público moderno¹.

3. Do Bom Governo

O realismo pragmático maquiavélico não desconhecia que em Roma muito se discutiu acerca da capacidade normativa do poder político. O que é facto é que o realismo pragmático de Maquiavel, expressão normativa assente no *princípio da ordem pública*, tornou-se mais tarde inseparável do sistema filosófico-político de Hobbes, imanente ao *princípio de autoridade* e veio com a Revolução Francesa condensar o humanismo jurídico moderno no princípio do *primado do direito constitucional*, ainda hoje, indispensável na vida societária global.

Contudo, sublinhamos que a justificação mais reconhecida de tal discussão se encontra em Cícero, na sua obra *De Re Publica*. O *consensus iuris* diretamente ligado ao Direito é explicado por Cipião, tanto como um referente de um horizonte moral, como uma perspectiva jurídica, porque pensa que *o mundo é a pátria comum dos homens e dos deuses*, sendo que a ideia de direito remete, segundo ele, para a ideia universal de justiça natural, esta entendida como lei e ordem eterna e imutável que Deus colocou no mundo.

Ou seja, em Cícero, na sua *República*, a capacidade normativa do Poder e do Estado é muito real, mas está sempre subordinada à transcendência da lei natural que atribui aos magistrados a missão de realizar o direito imutável e eterno do qual ela é o garante divino.

Ora, em Maquiavel, nesse realismo pragmático, a capacidade normativa do Poder é a expressão máxima do princípio da ordem pública e da autoridade do Estado.

Para Maquiavel o conceito de Estado livre é sinónimo de Estado autogovernado, onde só nele seria possível a plena liberdade interna e externa.

1. Segundo Michel Villey (1969: 60), o «humanismo jurídico moderno» define-se como «a tendência de colocar o homem no princípio e no fim de tudo».

Para um bom governo, Maquiavel defende que, para além de governantes de *virtù*, estes pratiquem sobretudo ações destinadas a equilibrar a tensão entre os poderosos e o povo em geral. Assim, no capítulo quadragésimo do Livro I dos *Discorsi*, ao analisar a revolta do povo romano contra os decênviros, à revelia do Senado, Maquiavel retira a conclusão de que a liderança e a autoridade são imprescindíveis na ação política. Um grande líder político tem de liderar com presença rumo à *glória* e com *virtù* e exercer a sua autoridade sem vacilar ou ameaçar. Neste sentido, Maquiavel chama a atenção, no capítulo trigésimo oitavo do Livro I, para o facto de que a indecisão é o maior vício das repúblicas.

Deste modo, quanto aos governantes, Maquiavel distingue dois tipos: os que se forjam a si próprios por mérito, pela distinção das suas ações e capacidade e aqueles que alcançam o poder graças ao auxílio de terceiros ou por mera sorte. E afirma: «Quem estudar história poderá ver, através das suas lições, como se pode ordenar um reino bom. Porque todos os imperadores que sucederam no império por hereditariedade, exceto Tito, foram maus. Aqueles que ascenderam por adoção, foram todos bons, como se pode ver pelos cinco que se sucederam de Nerva a Marco Aurélio» (Maquiavel, 2007: 77).

Por isso, Maquiavel sublinha que a grandeza e a glória são produtos da paz e não da guerra, pelo mérito que incorporam no homem político bom e justo, potenciando uma multiplicidade de empreendimentos. «Porque, naqueles governantes bons, se verá um príncipe seguro no meio dos seus seguros cidadãos, enchendo de paz e de justiça o mundo. Verá o Senado com a sua autoridade, os magistrados com as suas honras, os cidadãos a gozar as suas riqueza e opulência, a nobreza e a virtude exaltadas; verá tudo quietude e tudo bem» (Maquiavel, 2007: 77).

Nesta esteira, o governante deve governar bem para quem lhe assegura a maior estabilidade: as maiorias populares. Esta constatação é inequívoca e aparece-nos retratada aprofundadamente, quer nos *Discorsi* quer em *O Príncipe*.

Aliás, na obra *O Príncipe*, ao analisar as ações políticas de César Bórgia no capítulo sétimo, Maquiavel identifica e enuncia as condições imprescindíveis ao bom governo: agregar força militar e/ou política para se autogarantir; buscar apoios e alianças necessárias; imprimir legitimidade no exercício do poder e nas ações de governação, aliados a uma governação enérgica e com prestígio.

Assim, o bom governo deve, em todos os seus atos e ações, orientar-se agindo e decidindo com um inteiro sentido correto e legítimo, condição necessária para preservar a sua autoridade. Para tal, a sua capacidade de decisão é condição necessária para o bom governo, como resulta claro do capítulo trigésimo oitavo do Livro I dos *Discorsi*.

Por outro lado, no seu capítulo vigésimo terceiro do Livro II estabelece a necessidade de um Estadista agir sempre por via de uma orientação estratégica, de acordo com a avaliação adequada das circunstâncias e das condições da ação política, o que implica ter consciência das possíveis adversidades, dos inimigos e das suas capacidades e meios.

Por isso, podemos afirmar com convicção que, quer nos *Discorsi*, quer em *O Príncipe*, o seu autor procura construir uma teoria da ação adequada ou da melhor ação política ou militar, defendendo que a melhor forma de direção e comando militar e político é a da ousadia aliada à prudência, que devem ser usadas em maior ou menor grau consoante ditarem as circunstâncias envolvidas e as necessidades exigidas.

Do mesmo modo, no exercício da autoridade do Governo, o governante deve saber também combinar duas outras condutas: a firmeza e o equilíbrio. Maquiavel sustenta que nada há mais funesto para uma República do que a não observância da Lei, sobretudo, por parte de quem tem a responsabilidade de governar, porque leva ao descrédito e ao enfraquecimento da ordem pública.

Por isso, ele assume que «[uma] multidão sem chefe nada pode fazer; e não se devem fazer ameaças antes de se apoderar da autoridade» (Maquiavel, 2007: 154).

Maquiavel, de forma prudente, segura e pessimista, assegura as bases para uma teoria política moderna, aprofundando o conhecimento sobre o Homem, a sua natureza e as suas ações políticas na *Polis*, assumindo a virtude, o bom senso, o mérito e definindo e limitando a ética republicana na Lei, padrão para o comportamento do sistema político em tempos de normalidade.

É certo que, por outro lado, ao aprofundar o seu pensamento, Maquiavel considera e declara que a melhor forma de governo é a do governo misto, com base na experiência espartana de Licurgo, adota um critério novo para definir o conceito de bom governo. Esse critério é o da perdurabilidade, da estabilidade e do equilíbrio interno entre as forças sociais e as diferentes funções públicas do Estado, que só um governo misto pode assegurar.

Neste contexto, Maquiavel coloca o problema do bom governo para discutir, em primeiro lugar, uma teoria da forma mais adequada de organização estatal e, em segundo lugar, para determinar se um governo será *buono* ou *cattivo*. É nesta polaridade que se determinará a existência da excelência do Estado misto. Para ser *buono*, o florentino exige a excelência das leis e das instituições, a preservação dos bons costumes e a *virtù* dos governantes e também dos cidadãos da república.

A mudança de paradigma que Maquiavel promoveu exige que o problema do bom governo seja, a partir de então, abordado do ponto de vista da excelência das instituições, dos *costumes* e da *virtù* da atividade política.

Ora, é simplesmente a boa articulação destas premissas que determinará a presença de um bom governo. Por isso, só articulando com muita reflexão e cuidado o que se condensa nos *Discorsi*, completado com vários capítulos de *O Príncipe*, se pode escrutinar com rigor a teoria do bom governo em Maquiavel.

Contudo, há que fazer sublinhar no Estado misto qual a melhor possibilidade de organização política, porque Maquiavel parte de uma perspectiva em que considera os homens como eles são e não como deveriam ser, pois considera à partida a natureza humana tal como é conhecida, considerando os homens como maus e malvados, pelo menos sempre que a oportunidade o permitir.

Assim, para fundar o Estado adequado, Maquiavel parte da malvadez do homem em abstrato e de forma geral e assume que as instituições do Estado misto devem limitar as escolhas públicas e criar um sistema de freios e contra freios às ambições de poder em geral, ao mesmo tempo que deve criar condições para que a ambição, vontade e talento humano possam fazer valer-se por si. Por outro lado, que a natureza humana se realize em felicidade e bem estar social.

Ao Estado misto compete garantir a boa educação, as boas leis e os bons costumes, porque os homens só fazem o bem por necessidade, por temor ou porque são coercivamente obrigados pela Lei.

Mas o mais importante é que esta visão de Maquiavel assume que o Estado traçado pela primeira vez com nitidez e de forma unívoca possui já características modernas, onde as «novas leis do príncipe formam a estrutura jurídica que se parece muito com os elementos constitucionais pelo quais definimos hoje a ordem estatal» (Goyard-Fabre, 1999: 63). O Estado impõe, assim, a todos os cidadãos um conjunto de regras

e de leis à luz do que então se passava já, segundo a sua percepção, em França, devido à sua força e capacidade legisladora. Nesse sentido corta com o paradigma do costume medieval do poder espiritual, assumindo o poder político como poder normativo, distinguindo o que é *público* daquilo que é *privado*.

Neste quadro, o Bom Governo seria aquele que melhor soubesse usar o poder político em todas as suas dimensões, associando o *poder público* no âmbito das funções do Estado para regular a vida em sociedade, através da *ação política* para estabilizar as instituições e as relações sociais, criando as condições de segurança e de capacidade de expansão e afirmação desse Estado.

Maquiavel abre por esta via uma compreensão moderna do direito político e lança os imperativos organizacionais do Estado Moderno, onde no espaço público cabe ao homem e somente a ele construir e conduzir a política do Estado. Com efeito, intuiu, como nenhum outro autor, que o poder nada tinha a dever a Deus, mas que, na sua laicidade intrínseca, mas só e apenas a regras básicas destinadas a definir a sua estrutura, organização e controlo.

Fichte e Cassirer foram sensíveis ao aspeto institucional puramente leigo que dá feição jurídica à política segundo Maquiavel – uma teoria da Terra que significa que compete aos homens atuar e que terão, em definitivo, o destino que merecem e por isso Cassirer afirma mesmo que este é «o primeiro pensador que teve uma representação completa do que significa o Estado» (Cassirer, 1993: 133).

«Três qualidades podem ser consideradas como sumamente decisivas para o homem político: paixão, senso de responsabilidade, capacidade de previsão», explica Weber (1971: 506).

O Bom Governo, a que Bobbio se dedica na esteira de Luigi Einaudi ou de Ernesto Rossi, onde se denotava uma certa condenação pública do passado e ao mesmo tempo um gesto de esperança e confiança no futuro próximo, parte do pressuposto de que não se governa bem sem um ideal e de que estas qualidades de Weber são essenciais, afirmando que «[quando] lhe falta uma causa assim concreta, o político corre o risco de continuamente confundir a prestigiosa aparência do poder com o poder real» (Bobbio, 2000: 204).

É neste ponto que melhor se vislumbra e confirma toda a capacidade observadora e teorizadora de Maquiavel, por tudo quanto se disse antes.

Quase 500 anos mais tarde, a dicotomia entre bom governo e mau governo, que é um problema fundamental da teoria política, que atravessa toda a discussão conhecida no âmbito da ciência política, é vista ainda aos olhos do que Maquiavel estabeleceu como regras essenciais da ação política. De Aristóteles a Bobbio, toda a doutrina filosófica política tentou responder à pergunta: Como se distingue um bom de um mau governo?

Maquiavel observou e definiu as condições para o bom governo de forma simples e cabal: não há bom governo sem que o bem comum seja tido como o escopo de toda a ação política, de acordo com as regras estabelecidas, com o Direito político, em defesa de uma liberdade republicana dos cidadãos e sem que estes sejam chamados a pronunciar-se acerca das opções públicas do Governo. Ao mesmo tempo, o bom governo deve defender e reforçar o poder do Estado interna e externamente, criando as condições para a realização cívica de cada cidadão e da sociedade, motivando-a através do exemplo, da força da ação política e dos resultados obtidos.

Bom Governo, para Maquiavel, é sinónimo de *governança* e *esperança*!

Bibliografia

- Amaral, D.F. (2006). *História das Ideias Políticas*. Coimbra. Almedina.
- Aristóteles (2001). *A Política*. São Paulo. Martins Fontes.
- Ball, T. (1994). *Reappraising Political Theory: Revisionist Studies in the History of Political Thought*. New York: Oxford University Press.
- Baron, H. (1961). "Machiavelli: the republican citizen and the author of «The Prince»". *The English Historical Review*, 76 (299).
- Berlin, I. (2005). "A Originalidade de Maquiavel". In: Maquiavel, *O Príncipe*. São Paulo: Prestígio Editorial.
- Bobbio, N. (1976). *La teoria delle forme di governo nella storia del pensiero politico*. Torino: Giappichelli.
- Bobbio, N. (2000). *Teoria Geral da Política*. Rio de Janeiro: Editora Campus.
- Cassirer, E. (1993). *Le Mythe de L'Etat*. Paris: Gallimard.
- Constant, B. (1819). *De la Liberté des Anciens Comparée a Celle des Modernes*. Online: <In <http://www.panarchy.org/constant/liberte.1819.html>> (referência de 13-12-2013).

- Falco, G. (1954). *La Santa Romana Repubblica*. Milano: Ricardo Ricciardi.
- Fornazieri, A. (2006). *Maquiavel e o Bom Governo*. Online: <www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-25052007-140157/> (referência de 13-12-2013).
- Goyard-Fabre, S. (1999). *Os Princípios Filosóficos do Direito Político Moderno*. São Paulo: Martins Fontes.
- Gruppi, L. (1978). *Tudo Começou com Maquiavel*. Porto Alegre: L&PM Editores.
- Maquiavel, N. (1994). *Comentários Sobre a Primeira Década de Tito Lívio*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- Maquiavel, N. (2007). *Discursos Sobre a Primeira Década de Tito Lívio*. São Paulo: Martins Fontes.
- Maquiavel, N. (2008). *O Príncipe*. Trad. Diogo Pires Aurélio. Lisboa: Temas e Debates/Círculo de Leitores.
- McCormick, J. (2007). "Machiavelli's Political Trials and «Free Way of Life»". *Political Theory*, 36 (4).
- Pocock, J.G.A. (2003). *The Machiavellian Moment: Florentine Political Thought and the Atlantic Republican*. 2nd rev. ed. Princeton: Princeton University Press.
- Rawls, John (1992). *Justiça Como Equidade: Uma Conceção Política, Não Metafísica*. Online: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64451992000100003&script=sci_arttext> (referência de 13-12-2013).
- Santos, J.A. (2012). "Viagem Pelas Releituras de Maquiavel". In: A. Bento (coord.), *Maquiavel e o Maquiavelismo*. Coimbra: Almedina, pp. 137-157.
- Schmitt, C. (1972). *Le categorie del «politico»*. Bologna: Il Mulino.
- Silva, R. (2010). "Maquiavel e o Conceito de Liberdade em Três Vertentes do Novo Republicanismo". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 25, nº 72, pp. 37-58.
- Skinner, Q. (1981). *Machiavelli*. Oxford: Oxford University Press.
- Skinner, Q. (1996). *As Fundações do Pensamento Político Moderno*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Strauss, L. (1958). *Thoughts on Machiavelli*. Chicago: The University of Chicago Press.
- Villey, M. (1969). *Seize Essais de Philosophie du Droit, Dont un Sur la Crise Universitaire*. Paris: Dalloz.
- Weber, M., (1971). "Politik als Beruf". In L. Winckelmann Mohr (org.) (1971). *Gesammelte Politische Schriften* (pp. 101 e 506). Tübingen. (ed. it. de A. Giolitti, in "Il lavoro intellettuale come professione". Nue. Einaudi. Turim. 1966).